

OS AFRANCESADOS DO PORTO

Por Luís A. de Oliveira Ramos

Frustradas experiências viveram no Porto quantas, ao principiar o século XIX, mostraram declarada simpatia pelas transformações e pelos modelos institucionais experimentados em França, ou sob a égide da França implantados na Europa depois da eclosão da Revolução.

Como é sabido a não adesão do Reino ao bloqueio continental decretado pelo governo napoleónico contra a Inglaterra, determina a tripla invasão do nosso território por exércitos de Napoleão sucessivamente comandados por Junot, Soult e Massena, generais que, por um lado, procuram defender a Oeste o dispositivo militar francês engastado em toda a Península, por outro, visam a aplicação duma orientação imperial em que o económico, o estratégico e o político se confundem.

No curso da primeira e da segunda investida, entre 1808 e 1809, a cidade do Porto sofre já as inclemências da ocupação, no segundo caso precedida de prévia resistência ao invasor e ulterior saque, já aos efeitos do movimento de resistência popular que no país se há-de erguer contra os opressores da Pátria e contra os colaboracionistas, tanto mais que o domínio francês não fora marcado por qualquer medida importante de transformação política e social. Isto, a despeito de elementos pró-franceses terem solicitado para Portugal, em 1808, uma constituição análoga à do Grão-ducado de Varsóvia e de Napoleão ter pensado em fazer, aqui, algumas reformas.

Na verdade, «Portugal foi talvez o único país europeu a permanecer quase totalmente à margem do vasto movimento de reorganização imposto pelos exércitos revolucionários e imperiais».

Sem embargo, no nosso país, a exemplo do sucedido em Espanha, apareceram os que saudaram e ajudaram os exércitos da França, entre eles figurando, ao lado de portugueses, elementos da colónia gaulesa radicada em Portugal.

E é de referir que no grupo dos afrancesados, ou seja dos correligionários lusos dos invasores napoleónicos, deparamos com indivíduos no final de setecentos perseguidos pelo regime absoluto, em virtude quer da sua adesão a princípios iluministas heterodoxos, quer a credos da Revolução Francesa.

Ora, por detestar o invasor o povo português veio a execrar os que aceitaram os generais ocupantes, os que pareceram omissos na sua obrigação de defender o rei e a nação e os que mostraram ser afrancesados ou contrariaram a resistência anti-napoleónica.

Foi o que sucedeu aos partidistas galos do Porto. Vão ser perseguidos, e nalguns casos justificados sumariamente, não sem que, por ardente zelo patriótico, por vingança ou por mera cegueira populista, se cheguem a confundir portugueses leais com colaboracionistas de verdade.

Para entender capazmente a atitude dos afrancesados, e, em termos gerais, aspectos do que se passou no país durante a ocupação napoleónica, convém ter presente os estados de espírito da opinião nos círculos influentes, em período subsequente à partida da Família Real para o Brasil em fins de 1807, quando as tropas de Junot convergiam em marcha acelerada para Lisboa.

E isto porque, muito embora a mudança da capital para a América do Sul constitua aos olhos da história uma medida acertada — pois garantiu o «princípio e a existência do Estado», tal qual o farão em 1940 vários governos europeus ante o avanço hitleriano — não deixa de ser exacto que, na época, a decisão régia provocou acesa discussão e deu azo a desencontradas reacções.

Segundo Fr. Francisco de S. Luís, historiador contemporâneo do acontecimento, cinco tendências avultaram então na sua interpretação. Temos assim:

- 1.º — Defensores encomiásticos da mudança da Corte;
- 2.º — Críticos da incapacidade manifestada pelo governo na procura de soluções para uma crise previsível;
- 3.º — Analistas que no acontecimento divisavam uma manobra inglesa lesiva dos interesses ultramarinos do país;
- 4.º — Adeptos míopes da teoria duma maquinação urdida por um estadista pró-francês;
- 5.º — A facção dos que, notando as insuficiências da situação, descreiam do Príncipe, sonhavam ou com a regeneração governativa, ou até com a criação de um Estado constitucional, a emergir dum processo de purgação colectiva.

Deste último sector, sem confiança no regime e soberania do Regente D. João e apostado na consecução das reformas necessárias ao país, sairá o grosso dos afrancesados, crédulos uns na indesmentível capacidade governativa e militar de Napoleão, na novidade dos estatutos administrativos e jurídicos por ele semeados na Europa, nas perspectivas pelo imperador abertas à burguesia e às classes médias na sua qualidade de continuador da Revolução Francesa, crédulos outros de que chegara ocasião azada para, enfim, levar a cabo um conjunto de transformações no aparelho da nação. A este núcleo juntou-se a legião dos oportunistas para quem a persistência da guerra com o Império parecia um desastre sem saída a enfrentar com realismo. E se, para mais, «muita gente — da que tinha que perder — se inclinou para a França, foi porque esperava que ao menos sob a tutela de Napoleão voltaria a haver tranquilidade e segurança para as suas pessoas e bens», observa Magalhães Basto.

Mas afinal, quem são, no Porto, os indivíduos pela voz pública acusados de pertencerem a este partido, isto é, ao núcleo polifacetado dos «afrancesados».

Consultando as memórias do tempo, verificamos a presença entre os sequazes das forças imperiais de:

1. Chefes militares, autoridades judiciais camarárias e clérigos;
2. Membros da colónia francesa;
3. Afrancesados, partidários da «Grande Nação»;
4. Mercenários.

Segundo os mesmos testemunhos, e no termo da invasão de Junot, o primeiro grupo, abrangia pessoas tão importantes como o brigadeiro governador das armas da cidade ao tempo do movimento libertador de 18 de Junho, bem como outras figuras castrenses; membros da Câmara do Porto designadamente um vereador e o procurador; magistrados da província, tais os corregedores de Lamego, Pinhel e Leiria e ainda vários juizes de fora, como os de Évora e Pombal, no número dos quais havia gente do Porto. Também são mencionados, por suspeita, figuras gradas da Companhia dos Vinhos do Alto Douro e claramente incriminados diversos eclesiásticos, avultando neste núcleo um padre por Junot nomeado bispo de Bragança, um ex-oratoriano portuense, diversos dignitários da diocese da Guarda, dignitários que recolheram à cadeia da Relação do Porto sob custódia, após mais de 30 léguas de tormentosa jornada.

Em regra, e no termo da 1.^a invasão napoleónica, os elementos da nobreza, do clero, da magistratura, da tropa con-

siderados affectos aos francezes, nem todos deveras culpados, sofreram vaias, insultos e aggressões das massas populares quando conduzidos aos cárceres através das ruas da Cidade.

Amiúde, as casas, os bens, e até servidores dos residentes no Porto foram atacados e duramente atingidos. Ailás, tais ocorrências verificaram-se com pessoas detidas e com colaboracionistas em fuga, cujo número julgamos de certa monta.

Quando da 2.^a invasão, entre os magistrados de facto affectos ao invasor, célebre ficou o desembargador-corregedor e provedor do Porto, Frederico de Almeida Correia, próximo colaborador da administração de Soult, cujo rasto se perde com a partida do exército occupante da Cidade.

Na mesma altura, entre os portuguezes que apostaram nos favores de Soult, contaram-se «António José de Mesquita e José Valério Veloso, este último cónego capitular da Real Colegiada de Barcelos, pois um e outro, como autores de proclamações ou por intervenção directa, empenharam-se deveras no bom êxito de campanha que o mesmo Soult inspirou e que tinha por objectivo sentá-lo em trono portuguez», lembra António Cruz.

Por outro lado, segundo o commissário francês Le Noble, o imprescindível aprovisionamento dos exércitos francezes de Soult estacionados no Porto muito ficou a dever a «dois portuguezes, muito inteligentes, sinceramente afeiçoados à França, os quais percorriam de noite os campos batendo às portas dos lavradores» seus conhecidos a fim de obter provisões para o occupante. Doutro modo não seria fácil obtê-las, pois os agricultores «recusavam, em geral, ceder o que quer que fosse para sustento do inimigo».

Pelos vistos tratava-se de pessoas da região, onde disputam de numerosas relações, neste caso subrepticamente postas ao serviço das forças do duque da Dalmácia.

Ainda em 1809, pela subserviência em relação aos napoleónicos e ao seu commandante, distinguiram-se os escreventes do *Diário do Porto*, órgão dos francezes e dos seus sequazes. Para Magalhães Basto «essa gazeta afrancesada era toda feita de adulação, mentira e hipocrisia». Nas suas páginas os «que se batiam pelo seu legítimo soberano e pela liberdade eram rebeldes. Os que se passavam ao inimigo patriotas».

Tão baixo periódico imprimia-se na tipografia de António Alvarez Ribeiro, em cujo armazém de livros, à Rua das Flores, se recebia o nome de quem o desejasse assinar. Ao que parece, o seu redactor era o vate António Soares de Azevedo, sendo o jornal mais colaboracionista que afrancesado.

Relativamente à actividade de mercenários ao serviço do exército invasor apanhados em flagrante, após a occupação de 1908, bastará lembrar os casos do recadeiro por alcunha o «Pantomina» e o dum espião, de nome desconhecido, que operavam, no interior da cidade, a soldo da França.

O primeiro apanharam-no quando saía da cidade com novas políticas para Junot. O segundo procedia, intra muros, ao cadastro e aliciamento de «partidistas galos» dispostos a tomar parte na restauração do domínio francês, do mesmo passo que elaborava listas dos resistentes a castigar por se terem rebelado contra as tropas napoleónicas.

E, em 1809, na lembrança do povo e nos processos judiciais, ficou notícia de uma certa Maria Margarida Máxima, mulher de vida dissoluta que das suas ligações amorosas com oficiais franceses recolheu elevado número de objectos de prata, móveis de alto preço e roupa, fruto dos saques a que a cidade fora submetida.

Os três casos, por último apontados, se não admitem generalizações não foram, pela certa, únicos, até porque sabemos da atribuição ao general Quesnel da «verba mensal de dez mil francos, em ordem a possibilitar-lhe uma espionagem miúda, aferida pela escala da extensão territorial e da profundidade de informações em toda a terra interamnense».

Quanto aos partidistas galos em geral e designadamente quanto aos do segundo e do terceiro grupo, ou seja quanto à colónia francesa e aos afrancesados revolucionários, os fastos de 1808 são unânimes em afirmar o desenvolvimento de violenta reacção contra eles por parte dos patriotas e resistentes portugueses, mal ocorreu a sublevação vitoriosa contra as tropas de Junot, aquarteladas no Porto, em 18 de Junho. Segundo a documentação, as multidões possuídas de espontâneo júbilo gritavam:

«Viva o Príncipe Regente! Vamos sobre o inimigo que aí vem os espanhóis ajudar-nos!»

«As tropas, os frades e o povo, presos do mesmo entusiasmo», misturavam-se num «revolver confuso». Ao brado: *Viva Portugal e morra a França*, não cessavam de «procurar os Franceses ou os seus partidistas».

Tudo berrava:

«Vamos acabar com estes diabos!»

«A passagem das hostes exaltadas, os jacobinos, lembra Magalhães Basto, escondem-se aterrados. Logo nessa tarde muitos desaparecem da cidade».

No dia seguinte, a turba investiu contra a casa dos indivíduos considerados jacobinos, fossem eles franceses ou portugueses, já o dissemos. Comerciantes, artífices e outros gauleses de nascimento, há muito assistentes na urbe, foram sistematicamente procurados e presos.

A 20 de Junho, a Junta do Governo Supremo, erigida pelos patriotas e integrada por nobres, clérigos e militares, sob a pre-

sidência do bispo D. António de S. José e Castro, produz um edital em que levanta o arresto lançado pelos franceses sobre a colónia inglesa e manda proceder ao sequestro de todos os individuos de nação gaulesa não naturalizados portugueses.

Daí que, a 26 de Junho, a esquadra britânica recolha, transferidos das cadeias urbanas, 57 negociantes e artistas franceses detidos no curso dos oito dias precedentes.

Entre eles ia o cônsul francês Guinebeau e seu filho, pessoas de largos teres, intérpretes no Porto da política económica de Napoleão e, por isso, envolvidos em «muitas comissões de commercio», cuja fortuna ascendia «a mais de hum milhão de cruzados». Outra família conhecida que recolheu ao cativoiro constituíam-na os peliqueiros Grouteau, pai e filho.

Não admira que assim fosse. Os tempos eram de convulsão e as multidões insatisfeitas queriam prender os franceses todos. Suspeitando do escondimento de alguns na casa dum desembargador da Suplicação, o povo invadiu, sem hesitações, a residência em causa para, afinal, nada encontrar.

A desconfiança popular não escapou sequer um conhecido e respeitado bispo francês, alheio aos napoleónicos, que no Porto vivia foragido desde a Revolução. A mando das turbas, o bispo de Aire foi conduzido a pé, desde a sua aposentadoria nos Clérigos até ao Paço Episcopal, onde, por fim, o chefe da resistência, D. Frei António de S. José, o libertou e abonou ante o povo.

Tanto quanto as notícias do ano de 1808 deixam perceber, nesses dias de exaltação libertária foros de acontecimento maior assumiram as detenções de alguns notórios afrancesados. Assim, ao cair a noite de 26 de Junho, voltou aos cárceres estaduais o advogado Manuel Negreiros, acusado de ser, «hum dos acerrimos partidistas da Grande Nação», facto que em nada contravinha, antes confirmava, as predilecções heterodoxas e revolucionárias que a Inquisição e Pina Manique lhe atribuíam há mais de 20 anos.

De facto, ser adepto da Grande Nação significava sonhar com a liberdade, com a igualdade, com a formação de grandes unidades nacionais, com introdução de formas novas na vida política e nas relações económicas e sociais, tal qual propunham os revolucionários parisiños, ensina Jacques Godechot.

Pouco tempo depois preso será «o celebre Pedro Ribeiro França», porventura da família Ribeiro França, cujo nome por igual marcheta a lista dos amigos da Revolução Francesa, nos anos 90 perseguidos pelo Intendente Geral da Polícia, Pina Manique.

Outros «partidistas galos» que no Porto sofreram o regime penitenciário foram o capitão de infantaria António Tomás de Sousa, o caixeiro Luís Inácio e o ex-oratoriano Padre Francisco Linhares. Este último correspondia-se assiduamente com Junot, a quem delatava os não-afrancesados. Na mesma altura, além de vários nobres e plebeus, caiu vítima da multidão, acusado de

«francesismo», o capitão de navios Manuel da Benta, que costumava navegar nas linhas luso-francesas.

E casos houve em que a detenção de afrancesados se effectuou com extrema difficuldade. Assim, para deitar a mão ao caixeiro da Companhia dos Vinhos, Luís Inácio, foi preciso tomar de assalto o edificio da respectiva Junta.

Por sua vez, o comandante militar do Porto, brigadeiro Luís de Oliveira da Costa—pessoa mal vista do povo e um dos primeiros a fugir em 18 de Junho—foi preso em Santo Tirso, de onde o remeteram para as cadeias da Relação, para depois morrer às mãos do povo, em 1809, nas vésperas da occupação da cidade pelo marechal Soult.

O procurador da cidade, Manuel Félix Correia, também fugitivo da primeira hora, esse descobriram-no, em princípios de Julho, escondido debaixo do retábulo da igreja de Santo Ovídio. «Foi conduzido ao Paço por huma incrível multidão de povo, que o tratou com a mayor ignominia».

Além disso, das províncias desaguaram, nas cadeias do Porto, pelo menos dois grupos acusados de participar em palhaçadas lesivas da Pessoa Real. Os membros dum deles, esquecidos da «devida fidelidade ao seu Soberano, formarão de palha a sua Real Effigie, tourearão-na, queimaram-na e lhe fizeram depois (dizem) hum officio de defuntos, chincalhando deste modo o Throno e o Altar», isto é, os pilares da monarchia. Um segundo grupo, ao qual pertencia um sacerdote, chegou à prisão acusado de ter feito de «palha, e depois enforcado e queimado, a Augusta Effigie do... Soberano ausente, sendo o Ecclesiastico o que recitou a Oração funebre».

De registar, ao lado destes fenómenos populares de flagelação satírica da realleza, o afervorado partidarismo de certos «jacobinos», uns ainda soltos, outros detidos na cadeia da Relação, quando na cidade as paixões continuavam ao rubro e provocavam forte movimentação de massas incandescidas por ardente patriotismo.

Em determinada ocasião, foi detida «huma velha que levava dentro de huma panella polvora e ballas para a cadeia», e posteriormente apreenderam-se «papeis e cartas de summa consequencia», escondidos por forma «que parecia impossivel descobrirem-se».

Para mais, no interior da penitenciária, os jacobinos tentaram amotinar os reclusos que, estimulados pelos ditos dos revolucionários, começaram a gritar em altas vozes:

«Viva o Grande Napoleão».

O facto fez com que, no final de Junho, as autoridades cercassem o edificio com forte contingente militar de infantaria e artilharia de maneira a assustar os presos.

Por haver muitos e activos partidistas na cadeia, não se pense que estavam detidos todos os afrancesados. Um número apreciável conseguiu escapar à sanha dos resistentes, libertando-se assim das invectivas da multidão, bem como da apreciação judicial dos seus actos pela Junta da Inconfidência que, para o efeito, e nessa época, se erigiu no Porto, presidida por um qualificado desembargador.

A Junta competia tratar dos feitos de lesa-magestade e, com o objectivo de acelerar o seu trabalho, o bispo D. António de S. José — impiedoso inimigo dos afrancesados — publicou uma nota concitando os cidadãos a declarar o que sabiam a respeito da matéria, sob pena de incorrerem em excomunhão maior ipso facto.

Como era de esperar, choveram as denúncias, enquanto na cidade os mais exaltados exigiam a rápida punição dos jacobinos, sem cuidar que a justiça devia actuar com ponderação e verdade.

Na falta de peças oficiais significativas acerca das tendências e perfil ideológico dos jacobinos portuenses, vejamos, a partir de fontes diversas, o que é possível averiguar a esse respeito.

Os dados disponíveis inculcam que, no nosso país, os partidistas galos integraram várias correntes, conforme nitidamente se verifica desde a primeira invasão.

Na altura, um primeiro grupo, apoiado pelos aristocratas portugueses que o conde da Ega liderava, bateu-se em Lisboa pela entrega do trono ao general Junot, enquanto outro núcleo, composto por burgueses, universitários e magistrados, guerreou a tendência favorável a Junot e pediu, para Portugal, uma constituição semelhante à do Grão-Ducado de Varsóvia. Os princípios que propugnaram no seu requerimento a Napoleão foram os seguintes:

«Eleição dos deputados pelos concelhos por ser esta a tradição portuguesa; religião católica, liberdade de todos os cultos e concordata com a Igreja, semelhante à que existia em França; igualdade dos cidadãos perante a lei; divisão do País em oito departamentos; elevação das colónias à situação de províncias ou departamentos com direito a representação no Parlamento; criação de um Ministério da Instrução Pública; liberdade de imprensa; poder executivo exercido por um conselho de Estado formado por ministros; poder legislativo formado por duas câmaras; poder judicial independente; escolha dos funcionários com base no mérito; secularização dos bens de mão morta; igualdade de impostos, na proporção dos bens; consolidação da dívida pública; reorganização da administração, de modo que «o numero imenso dos nossos funcionários publicos» seja reduzido, mantendo-se, porém, os vencimentos dos que fossem dispensados».

É ainda de supôr que entre as tropas francesas e os afrancesados tenha existido uma terceira tendência, interpretada esta por adeptos de modelos republicanos parisienses abafados pelo Império.

Ora, tudo leva a crer que as três correntes agora esboçadas encontraram ressonância no Porto.

Com efeito, durante a primeira invasão, entre os elementos portuenses ligados à administração francesa não houve opposição à ideia de Junot passar a rei, sendo certo que o conde de Ega e o seu grupo possuíam amigos na urbe.

Por sua vez, a corrente favorável à promulgação duma constituição semelhante à de Varsóvia recebeu, fora de dúvida, apoio de elementos liberais e maçónicos do Porto, conforme historia Raul Brandão.

E foi no Porto que em 1809 se pensou na entronização do marechal Soult à testa duma monarquia satélite do império francês, no seio do qual figuravam Estados com constituições napoleónicas.

Numa e noutra situação, os projectos envolveram privilegiados e burgueses com peso na cidade, no número dos quais estariam judeus.

Além disso, refere Magalhães Basto, determinadas notícias falam da existência, nas tropas do duque da Dalmácia, de militares republicanos que, decerto, fizeram prosélitos quando da sua permanência entre os portugueses.

Sendo assim, isto é, assumindo carácter polifacetado o grupo dos afrancesados, compreende-se por que razão a literatura panfletária autonómica do tempo das invasões francesas viu nos colaboracionistas discípulos da Revolução ao serviço de Bonaparte, os quais, evocando a liberdade, a igualdade e a fraternidade entre os povos, atacavam, afinal, o trono, o altar e a independência de Portugal.

É qual, em concreto, o perfil ideológico vulgarmente atribuído aos afrancesados?

Segundo o panfletista Rodrigues da Costa, o afrancesado supunha em geral que fora «capaz de se emancipar das tradições e dos costumes velhos» e que por esse facto só ele estava na razão. A seu ver Bonaparte tivera a capacidade de derrubar a antiga ordem das coisas e o futuro provaria que agiu bem. Precisando o quadro, outro autor, Silva Freire, diz que o partidista português era um «obstinado incorrigível e brutal» que assumira os vícios do tirano seu ídolo e que o ultrapassara em virtude dos crimes cometidos. Era tanto mais abominável no país natal quanto nele confluíam os «efeitos da maldade congénita e os crimes que os franceses lhe ensinaram a perpetrar».

Os contemporâneos nomeados definiam assim a ideia que faziam dos seus irmãos afrancesados e como eles pensavam, talvez, os patriotas portuenses, qualquer que fosse a condição social ou as motivações de interesse dos referidos afrancesados.

E qual a jerarquia e os eventuais interesses dos partidistas do Porto?

Conforme dissemos, o grupo colaboracionista compreendeu principalmente autoridades judiciais, civis e castrenses, assim como membros do clero promovidos pelo ocupante, além de residentes franceses e pessoas do Terceiro Estado, no número das quais figuravam alguns jacobinos, admitindo-se que a corrente maçónica favorável a Napoleão assumia forma «intensa» e comportava muita gente de posição.

Por sua vez, em termos de determinação pelos interesses, os membros das classes favorecidas esperavam, porventura, defender ou preservar privilégios seus e, ao mesmo tempo, colher os benefícios que no Império francês eram atribuídos aos que seguiam Napoleão Bonaparte.

Os franceses radicados no Porto, esses contavam, certamente, ganhar com o aniquilamento da colónia inglesa aqui estabelecida, enquanto os afrancesados da categoria de Manuel de Negreiros, Luís Inácio e Ribeiro França, em Napoleão figuravam a França de Revolução e do Império, que tão amplas perspectivas abria à burguesia e às classes médias, já no campo político, já no mundo dos interesses.

Diga-se ainda que entre as autoridades portuenses encontramos individualidades que só compelidas suportaram o invasor, a este grupo pertencendo o fidalgo vereador António Mateus Freire de Andrade e os edis urbanos que com ele redigiram as actas secretas do município, sempre que, em 1809, o ocupante os forçou a tomar atitudes contrárias ao seu patriotismo e à dinastia brigantina.

Em suma, quando no Porto se fizeram sentir os efeitos da Revolução e do Império, também na cidade apareceu um núcleo de afrancesados que puseram as suas pessoas ao serviço do invasor esperando, com isso, introduzir em Portugal reformas de origem gaulesa e para si obter adequados benefícios. Pertenciam esses indivíduos a diversas categorias sociais, entre eles figurando nobres, clérigos e plebeus que os bons patriotas e o povo em geral passaram a detestar por estarem ao serviço do inimigo.

Na verdade, os afrancesados estavam dispostos a sacrificar a autonomia de Portugal à hegemonia francesa, que contrapunham à tutela inglesa, em nome de um conjunto de princípios marchetados pelo legado da Revolução.

Uns ajudaram as pretensões de Junot ao trono, outros pensaram fazer o marechal Soult monarca do País, e outros ainda sonharam com a aplicação em Portugal duma constituição semelhante à da Varsóvia, se é que na cidade não houve claros sequazes das instituições republicanas congeladas pelo Império.

Todos eles pactuaram com o invasor e contra todos se ergueu a grei, tanto mais que os franceses chegaram a Portugal

em 1808 com os espanhóis e nas três invasões funcionaram sempre como puros ocupantes, jamais aplicando aqui as reformas que em amplas zonas da Europa acompanharam o expansionismo napoleónico. Pelo contrário, o país foi gravemente traumatizado pela violação das fronteiras, pelo ataque a coordenadas fundamentais da sua mentalidade e das suas crenças, enfim, pela depreciação da economia, pelo recrutamento de tropas e por pesadas exigências fiscais.

Neste domínio foi extremamente negativo o efeito das invasões «em primeiro lugar, pela natureza do comércio português feito numa percentagem sensível com géneros ultramarinos que a ocupação militar do território metropolitano afastou dos seus portos; em segundo lugar, porque dois dos mais importantes géneros produzidos em Portugal (o vinho e o sal) visavam em grande medida a exportação; em terceiro lugar, pela exiguidade do mercado interno», historia Jorge de Macedo.

Daí o carácter frustrante das experiências vividas no alvor do século XIX pelos simpatizantes portuenses da Revolução e do Império. Só que a par das frustrações ficaram as sementes, sementes que pesaram na génese e afirmação da revolução portuguesa que no Porto eclodiu em 24 de Agosto de 1820, no âmbito da primeira vaga do movimento liberal europeu¹.

¹ Desenvolvido e anotado, o texto desta comunicação constitui parte do capítulo III do livro — *O Porto e as Origens do Liberalismo (Subsídios e Observações)*, publicado pelo Gabinete de História da Cidade do Porto, após a realização do Colóquio.

